

## ACTA N.º 173

----- Aos vinte e nove dias do mês de Abril de dois mil e cinco, nesta vila de Sever do Vouga e Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal, ordinariamente, sob a presidência de Armelino Santos Amaral, que a convocou ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 54º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro (nova redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro), com a seguinte: -----

### -----Ordem de Trabalhos-----

- Prestação de Contas/2004;-----
- Inventário e Cadastro em 31-12-2004;-----
- Financiamento de 204.550,00€;-----
- Outros assuntos:-----
  - 1) Repartição de Encargos-----

----- Eram cerca das dezassete horas e trinta minutos, quando o Presidente deste órgão deu como iniciada a sessão marcada nos termos da legislação em vigor.-----

----- O presidente da Assembleia Municipal, após confirmação da existência de quórum, deu início à sessão, começando por informar os membros presentes que recebera um pedido de justificação de ausência do membro Albano de Amaral e Macedo, solicitada nos termos do artigo 78º, da Lei das Autarquias Locais, tendo promovido a convocatória do membro a seguir na respectiva lista, conforme determina o mesmo diploma.-----

----- Assim, prosseguiu-se com a identificação e verificação da legitimidade de Maria Elisabete Martins Henriques.-----

----- Seguidamente, a primeira secretária efectuou a chamada para confirmação dos membros presentes. Confirmaram-se as faltas justificadas dos membros: José Manuel Barbosa de Almeida, Manuel da Silva Domingues, Sabino Augusto Hipólito da Silva e Alberto Martins de Almeida.-----

----- Seguidamente, foi dada a palavra ao senhor presidente da Câmara Municipal, para informar, sucintamente, os trabalhos do executivo, exarados no documento que foi distribuído.-----

----- Foi lida a acta da sessão anterior, que fora aprovada em minuta no final da sessão. Depois de realizadas as correcções, foi colocada à votação, tendo sido aprovada por maioria, com as abstenções dos membros Maria Elisabete Henriques, que substituiu pontualmente o senhor Albano de Amaral e Macedo, mais os membros Jorge Oliveira Domingues e António Ferreira, que votaram de igual modo pela abstenção.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Procedeu à leitura do relatório apresentado pela Comissão Defesa do Ambiente, devido à quantidade de peixes que apareceram mortos no Rio Vouga, na barragem da Grela, onde foram os membros Armando Ventura e Joaquim Gabriel para averiguar quais as causas desse acontecimento e medidas a tomar – transmissão dos factos às entidades competentes.---

----- Prosseguiu com as inscrições para o Período de Antes da Ordem do Dia, dando autorização às intervenções conforme ordem de inscrição.-----

### -----Período Antes da Ordem do Dia-----

José Braga – Agradece a colocação de rails na entrada de Couto de Esteves, referindo que poderiam ter colocado protecção no outro lado do rio, um pouco mais à frente, num local onde carece de protecção. Aproveita para solicitar ao Presidente da Câmara que o informe sobre o processo da empreitada de beneficiação do troço entre a Papeira – Couto de Esteves e Rocas do Vouga, desejando saber também, quando vão iniciar os trabalhos, na medida em que aquela empreitada possui já placas sobre a adjudicação, mas não indicam a data do início dos trabalhos e prazo de execução.-----

Sugere uma rectificação do acesso ao lugar do Fojo, nomeadamente, com o arranjo de uma saída para outro lugar, por exemplo, para a Senhorinha, na medida em que verificou, recentemente, numa deslocação realizada àquele lugar, que possuía uma estrada muito estreita, com valetas muito sujas e sem saída, o que poderá tornar-se muito perigoso, em caso de incêndio, devido à localização daquele lugar, envolto por pinhais e com uma estrada que, certamente, dificulta a intervenção dos bombeiros.---

Prof. Carlos – Começa pela situação mais presente – a recriação da entrega do Foral – comemorada hoje, neste evento que merece que sejam dados os parabéns às entidades organizadoras - Câmara Municipal e Escolas que se encontram a colaborar. O sucesso deste evento deve-se à forma como se encontra a ser demonstrada a recriação da entrega do Foral (cenário) e à escolha da data certa para a realização desta actividade, apontando apenas um aspecto negativo, relacionado com a iluminação do evento, que deveria ter sido através da colocação de tochas em diferentes pontos do recinto, para completar a encenação do evento.-----

Continua, dizendo que existe um lugar, aqui muito perto do centro da vila, denominado como Arrota, que aparece desprezado já há alguns anos, com uma acessibilidade quase nula feita pelo lugar do Pombal ou através das Escolas. É um lugar que parece ficar num buraco inacessível. A estrada entre o lugar do Pombal e a Arrota, possui um declive muito acentuado, propondo que fosse realizado um estudo para se realizar um acesso adequado por uma zona diferente.-----

Propõe que fosse efectuado um apelo à ANMP no sentido de abordar os Municípios por onde passam os peregrinos com destino a Fátima, nomeadamente na zona centro, para poderem vir a anular as valetas e os pisos irregulares, bem como, a construção de passeios, como foi feito na zona do concelho de Pombal. Aqui na nossa zona, temos a estrada E.N. 16 que continua a ser um desafio (perigoso) para quem faz essa peregrinação, devido à falta de passeios e ao facto de possuir muitas curvas. Sugere como solução, um acesso na zona do Poço de Santiago à linha férrea desactivada e a transformação do caminho da ex-linha férrea numa zona pedonal que poderia ser utilizada pelos peregrinos, nomeadamente, entre aquele ponto e a Foz.-----

Aborda a situação triste que aconteceu no Sábado passado, relacionada com o acidente ocorrido no IP5 ao km 46, na zona das Talhadas, onde morreram três pessoas e quatro estão feridas, das quais três estão em estado crítico. Apesar desse acontecimento muito triste, não podia deixar de referir que os Bombeiros Voluntários de Sever do Vouga, realizaram um óptimo trabalho, não só por terem sido os primeiros a chegar ao local, mas pelo serviço magnífico realizado. Pergunta se não há a possibilidade da Câmara oferecer uma torre de iluminação, como possuem os bombeiros de Albergaria-a-Velha e Oliveira de Frades, para ser utilizada nos acidentes que ocorram à noite, em locais pouco ou nada iluminados.-----

Chama a atenção para situações que lhe parecem estar erradas nos concursos de admissão de pessoal para a autarquia. A primeira situação, prende-se com o facto da publicação do aviso no jornal Beira Vouga ter sido feita no último dia ou a passar o prazo para entrega das candidaturas. Alerta a Câmara para ter cuidado com a publicação do aviso, mais concretamente, para que seja publicado com a antecedência recomendável. A segunda situação, relaciona-se com a prova no concurso para cantoneiro, de duas horas, versando matérias tendo como base os diplomas referentes à Lei das Autarquias Locais e Regime de Faltas, Licenças e Férias que, na sua opinião, não se coaduna com o lugar a prover, a não ser que as questões sejam muito fáceis.-----

Joaquim Zacarias – Volta a falar sobre a não comemoração do 25 de Abril, criticando esse facto porque não respeita uma decisão tomada no seio deste órgão, por unanimidade, na anterior legislatura, com base na sua proposta. Essa proposta, destinava-se à comemoração dessa data, despida da carga ideológica condigna revolucionária, que lhe estava associada, mas apenas e, tão só, para recordar de Abril aquilo que tem de mensagem de liberdade e da fraternidade. Aliás, uma mensagem cada vez mais actual, porque os últimos tempos são prova de que, no poder, na justiça, no trabalho, enfim, nos mais nobres valores da democracia ainda estamos muito longe do espírito de Abril. Pode-se perguntar, porque é que não se comemora, mas a pergunta deve ser feita ao Presidente da Assembleia, porque é ele o responsável pela celebração mais solene desta efeméride. Acrescenta que, em todos os municípios do PSD vizinhos, se comemora esse dia, podendo este concelho fazer o mesmo, e não limitando-se a realizar umas pequenas actividades no Centro Cultural, como envergonhadamente.-----

Continua, apresentando algumas situações negativas e positivas da actividade desenvolvida nos últimos três meses, parafraseando o Dr. Marcelo Rebelo de Sousa refere:-----

Para menos – a comemoração do 25 de Abril; a poluição do Rio Vouga, conforme relatório que apresentou ao senhor presidente da Assembleia Municipal – sobre a poluição, refere que não tem

origem apenas no nosso concelho, mas também noutros municípios, dando conhecimento na próxima sessão, dos trabalhos que serão desenvolvidos nessa área; para menos, também, o acesso à Zona Industrial de Talhadas que merece uma intervenção, porque está muito estreito e com o piso degradado; na rotunda situada à entrada da vila, deparou-se com umas senhoras a fazer uma limpeza, mas aquele espaço deveria ser valorizado e embelezado de forma diferente; também, para menos, a utilização para fins menos próprios das futuras garagens em frente ao complexo, devendo a Câmara ter esse aspecto em atenção. Foi já abordado um assunto envolvendo o IP5 e os bombeiros, aos quais é-lhe devida toda a honra e todo o louvor, mas é pena que o concelho de Sever do Vouga, passe a ser conhecido por todos os acidentes que acontecem na zona das Talhadas.-----

Para mais – temos as comemorações do Foral, onde é a nossa entidade que está em jogo, este ano no próprio dia, lamentando que o dia 25 de Abril não tenha sido comemorado com o mesmo brilho; repisa, novamente, o Centro Cívico, que está a ficar cada vez mais bonito e, por último, o início da construção da Biblioteca Municipal.-----

Seguidamente, foi dada a palavra ao presidente da Câmara para responder às questões colocadas pelo três membros que intervieram.-----

Manuel Soares – Em relação às intervenções realizadas, nomeadamente, quanto às estradas e acessos às povoações do Fojo, Arrota e à Zona Industrial de Talhadas, é verdade carecerem de um arranjo. Para a realização dessas intervenções que anotamos, teremos que realizar, em primeiro lugar, os respectivos projectos, mas o Município não terá capacidade financeira para executar todas as obras sugeridas, com excepção do acesso à Zona Industrial de Talhadas, cujo projecto já foi realizado, podendo aquela obra avançar primeiro que a intervenção no acesso ao lugar do Fojo e Arrota. Este último lugar, com um acesso realizado há pouco tempo, para o qual não havia qualquer acesso para viaturas. Agora, existem pedidos para fazermos uma ligação entre o Pombal, a Arrota e a zona das Escolas e Centro de Saúde, mas com o problema de termos que demolir algumas casas, onde aumenta quando são habitadas. Numa primeira fase, fizemos a intervenção do lado das Escolas, com a execução de um pequeno pontão e colocação de tout-venant, para desenrascar as pessoas que vivem naquele lugar. Mas, certamente, a intervenção do Prof. Carlos não se relaciona com a melhoria do acesso para as gentes que moram na Arrota, estando objectivamente a solicitar a realização de uma estrada que estabelecesse uma ligação entre o Pombal e a zona do Centro de Saúde; para desviarmos grande parte do trânsito do Centro da Vila. Contudo, essa preocupação também é um objectivo que pretende realizar este executivo, mas subsistem as dificuldades já enumeradas.-----

Em relação às rotundas, na sequência da celebração de um protocolo com o instituto Estrada de Portugal, estamos a executar um projecto de arquitectura, com sistemas de rega, para avançarmos com o embelezamento daqueles espaços.-----

Quanto às garagens em frente ao complexo, transmite que foram colocadas à venda as garagens sem portões, tendo aparecido apenas duas ou três pessoas na hasta pública. O preço base foi determinado com base no cálculo realizado nos serviços e conversa realizada na reunião do órgão executivo, com pessoas que possuem conhecimento dos valores de mercado das construções, que auxiliaram na determinação do valor a atribuir às garagens. O preço pode parecer elevado e não apareceram muitas pessoas interessadas. As pessoas que compareceram apresentaram um pedido de redução do preço para metade e, por conseguinte, não apresentaram qualquer licitação. Neste momento, está a decorrer uma empreitada para colocação dos portões nas garagens e também ficou decidido em reunião da Câmara que, após a colocação dos portões, o preço base não sofrerá uma grande redução. Se a Câmara não conseguir vender as garagens, não há problema algum, na medida em que continuam a pertencer ao Município e este poderá dar-lhe outro fim, eventualmente, para venda de artesanato ou arrendamento. Não podemos ceder à vontade dos particulares, porque não devemos vender por um preço muito inferior ao do valor real das garagens, mas estudar outra solução ou fim a dar àqueles espaços.-----

Quanto à questão colocada pelo senhor José Braga, sobre a rectificação da estrada entre Rocas e a Papeira/Couto de Esteves, informa que foi entregue nesta sessão uma certidão, para apreciação em “Outros Assuntos”, relacionada com um pedido de esclarecimentos apresentado pelo Tribunal de Contas sobre a autorização prévia para a repartição de encargos por anos económicos diferentes.

Como podem verificar, aquela entidade intensifica a apreciação aos processos apresentados, porque o mesmo acontece com mais processos remetidos àquela entidade que, em todos os casos, apresenta vários pedidos de esclarecimentos, dando origem a atrasos na conclusão dos procedimentos e, por conseguinte, adiando o avanço ou realização dos trabalhos na respectiva empreitada.-----

Sobre essa situação, os nossos serviços poderiam contestar, na medida em que foi aprovada a repartição dos encargos por dois anos económicos, no momento em que esta assembleia aprovou o plano plurianual de investimentos e concedeu ao órgão executivo a autorização prévia para repartir esses encargos. Contudo, entendemos, por bem, não optar por essa solução e apresentar nesta sessão, um pedido de autorização para repartir os encargos por mais de um ano económico, nos projectos da lista que foi entregue e consta da deliberação indicada na certidão. Esse ponto vai ser aqui discutido, quanto aos prazos das empreitadas, são aqueles que se encontram definidos no processo, que deverão ser cumpridos.-----

Há outras intervenções que são sugestões apresentadas ao executivo e foram anotadas. Foi dada a palavra ao director dos serviços que apresentou justificações sobre a questão relacionada com as provas dos concursos para operário semi-qualificado e fiel de armazém, nomeadamente, sobre a prova de conhecimentos e publicação realizada no termo do prazo para apresentação de candidaturas, informando que já foram dadas instruções para resolver essa situação através da publicação desses anúncios noutra jornal regional.-----

Seguidamente, usou da palavra o senhor presidente da Assembleia Municipal.-----

Armelim Amaral – Começa por sintetizar e relembrar alguns assuntos abordados nas intervenções anteriores, sublinhando a necessidade da concretização desses projectos, designadamente, a ligação da estrada Sever-Pessegueiro com a E.N. 328, passando pela Arrota. Sugere que seja pensado também, na ligação pela Casa da Aldeia, para evitar que as pessoas vindas de Nogueira com destino à zona das escolas tenham que passar obrigatoriamente pelo centro da Vila, mesmo quando exista um evento como o que se encontra a decorrer, com alguma influência na circulação dos veículos no centro da vila. Em relação à comemoração do 25 de Abril, refere que é verdade terem tomado essa posição, mas foi na legislatura anterior, e não na presente legislatura, onde referiu por diversas vezes que esta assembleia não lhe pertencia, acrescentando o seguinte: quando esta assembleia pretender fazer algum evento, devem os ilustríssimos membros, nos termos do regulamento em vigor, elaborar uma proposta (petição) e certamente vai avante.-----

#### -----Período da Ordem do Dia-----

Depois de concluído o período de antes da ordem do dia, o presidente da Assembleia Municipal deu início ao período da ordem de trabalhos, concedendo ao senhor presidente um tempo para fazer um resumo da intenção e do modo em que foram elaborados os documentos previsionais.-----

Prestação de Contas: - O presidente da Câmara começou por prestar alguns esclarecimentos sobre os dados mais importantes dos documentos da prestação de contas, tais como, realização da receita, execução da despesa, endividamento do Município e de alguns rácios realizados com base nessa informação, deixando para mais tarde, alguns esclarecimentos pontuais em função das questões colocadas pelos membros desta assembleia.-----

Seguidamente, foi dada a palavra ao membro:-----

João Almeida – Refere que, quem analisa este relatório lembra-se, certamente, dos relatórios efectuados nos anos anteriores, ou seja, não existe qualquer novidade em termos de gestão.-----

Em termos de estratégia, este documento é o corolário de quatro anos da estratégia adoptada por este executivo. Nesta medida, como estamos em ano de eleições, teremos que discutir esta situação junto do eleitorado, naquilo que já andamos a dizer desde há três anos e meio, para apresentarmos as nossas alternativas, ou seja, aquilo que em nossa opinião está menos bem. Em termos de execuções orçamentais, são de facto rácios que deverão ser analisados à data que se reportam, mas estamos a analisar em 29 de Abril, contas reportadas a 31 de Dezembro, onde a Câmara não parou nestes quatro meses, ou seja, temos, então, valores referentes aos encargos assumidos e não pagos em 31 de Dezembro, e todos sabem que os encargos que aqui constam não são os actuais, ou seja, teremos que acrescer àqueles os encargos entretanto assumidos e não pagos. De resto, temos a dizer que devemos

manter a mesma postura tomada até agora, votando contra esta conta de gerência porque é, realmente, o resultado daquilo que o executivo definiu há muitos anos atrás, em algumas situações, para além dos quatro anos.-----

Aproveita para dizer que, a situação relacionada com o Tribunal de Contas está correcta, vindo a impor uma certa disciplina nas contas públicas. Acrescenta, é inadmissível que sejam realizadas prorrogações sucessivas de obras, sem se saber porquê e qual a razão, com prejuízos para o concelho, temos custos de oportunidade que se perdem, porque não foram realizadas a tempo. Em conversa com o presidente da Câmara da Murtosa, tomou conhecimento que, no final deste mandato vão ter 60% de saneamento naquele concelho. Nós, em Sever do Vouga, temos problemas, inclusivamente, morrem peixes no rio e não sabemos porquê, esperamos que seja divulgada a razão desse problema.-----

Em termos de Conta de Gerência, portanto, é esta a indicação que trazemos, considerando que Sever do Vouga necessita de uma estratégia e é hora de a começar a construir. A nossa intenção é, portanto, votar contra esta Conta de Gerência.-----

Manuel Soares – Disse muito bem o Dr. João Almeida que as estratégias são definidas aquando das eleições autárquicas, mas depois quem vota, ou seja, o povo, sufraga ou não as estratégias que são apresentadas. Não disse mais do que aquilo já foi dito e vão ser os eleitores a fazerem essas análises.--- Também disse que, existem encargos que estão de fora, mas estamos a apreciar as contas reportadas a 31 de Dezembro do ano passado. É certo que a Câmara não está parada, tendo entrado, entretanto, facturas de fornecimentos e de empreitadas, mas também há muitos encargos assumidos e não pagos de 2004, que estão pagos neste momento, e é incorrecto somarmos ao valor dos encargos assumidos e não pagos reportados a 31 de Dezembro, os encargos entretanto assumidos. Constatamos, sim, que o valor dos encargos assumidos e não pagos indicados nas contas de gerência não sofrem grandes oscilações, correspondendo a dois ou três meses da receita que o Município arrecada.-----

Em relação à posição do Tribunal de Contas, sobre o pedido de esclarecimento quanto à repartição de encargos, refere que não concorda, porque se os planos já apresentam a divisão por mais do que um ano, como é o exemplo do PIDDAC, onde são dotados vários anos, o mesmo se deve reportar aos planos dos Municípios, onde muitas obras possuem em média um ano e meio ou mais, com um procedimento iniciado num determinado momento e se arrasta por vários meses, provocando na maioria das situações uma repartição dos encargos por dois ou mais anos económicos. A fiscalização do Tribunal de Contas é boa e inquestionável, contudo não concorda, pelos motivos apresentados, que seja necessário pedir autorização para a repartição dos encargos, caso a caso, para as diferentes obras do Plano Plurianual de Investimentos. Em relação ao saneamento, refere que está de acordo com a informação prestada, existe um estudo efectuado sobre o saneamento na zona do médio Vouga e é, de facto muito baixa a taxa de saneamento nestes municípios, onde neste concelho só existe saneamento na zona da vila e em mais alguns pontos onde se decidiu colocar o saneamento. Mas, é necessário saber que esse serviço custa muito ao Município, ou seja, carece de elevados investimentos nessa área. A Murtosa tem esse problema quase resolvido, mas é necessário saber que está inserida no sistema multi-municipal do Litoral Centro, beneficiando de apoios por parte do Ministério do Ambiente, como foi o exemplo do Litoral Centro e Planalto Beirão. O nosso concelho, infelizmente, não foi abrangido por esses sistemas multi-municipais. Agora, só resta aos municípios não abrangidos por aqueles incentivos, unirem-se e solicitarem também os apoios necessários para a concretização de investimentos na área do saneamento.-----

Armelim Amaral – Dirige-se ao membro João Almeida para que faça saber ao Presidente da Câmara da Murtosa que fica felicíssimo em saber que no próximo mandato tenha 60% do saneamento básico, porque possui uma casa há vinte e oito anos, junto à colónia de férias, na Torreira, e nem sequer possui água fornecida pelo sistema de abastecimento público.-----

Concluídas as intervenções sobre a apreciação dos documentos da prestação de contas, foram colocados à votação, cujo resultado foi o seguinte: 20 (vinte) votos a favor; 2 (duas) abstenções, de Ercília Pedro e António Martinho; 4 (quatro) votos contra, de João Almeida, José Braga, Carlos Silva e Manuel Santana.-----

**Inventário e Cadastro em 31-12-2004:** - Através do director dos serviços, foram prestados alguns esclarecimentos, designadamente, quanto à necessidade de serem efectuadas algumas regularizações. Este documento foi colocado à votação após apreciação e quando foi confirmado não haver mais qualquer questão sobre os mapas que foram entregues. O inventário e cadastro referente aos bens do Município, reportado a 31-12-2004, foi apresentado e analisado sem discordância.-----

**Financiamento de 204.550,00€:** - No uso da competência conferida através da alínea d), do n.º 2, do artigo 53º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, e, porque se encontram reunidos os requisitos indicados no n.º 5, do artigo 23º, da Lei n.º 42/98, de 6 de Agosto, designadamente, com as condições praticadas por três instituições financeiras e informação sobre a capacidade de endividamento do Município;-----

Considerando a possibilidade dada ao Município para contrair este financiamento, conforme Despacho Conjunto n.º 177/2004, de 27 de Março, devido à homologação da candidatura apresentada no Eixo I – Apoio ao investimento municipal e intermunicipal, com data de 23-04-2004, referente ao projecto 09.01.01.23 – Rectificação e Pavimentação da Estrada de Cedrim a Penouços (E.N. 328);-----

Considerando a proposta apresentada pelo órgão executivo, aprovada na reunião do dia 14 de Abril último.-----

Deliberou a Assembleia Municipal, por unanimidade, autorizar o Município de Sever do Vouga a contrair o financiamento, de longo prazo, no valor de 204.550,00€ (duzentos e quatro mil, quinhentos e cinquenta euros), conforme proposta apresentada, destinando-se este empréstimo ao financiamento da empreitada acima indicada.-----

**Repartição de Encargos – Ano Económico de 2005:** Na sequência da deliberação tomada pelo órgão executivo na reunião de ontem, dia 28-04-2005, foi apreciado este assunto nesta sessão da Assembleia Municipal. -----

Foram anotadas as intervenções do membro João Almeida e presidente da Câmara Municipal: -----

Intervenções: -----

Depois de realizadas as necessárias explicações sobre este assunto, a proposta apresentada pelo órgão executivo foi colocada à votação, tendo sido aprovada por maioria, com a abstenção dos membros João Almeida e José Braga, nos seguintes termos: -----

1 – Foi dada autorização à Câmara Municipal para repartir os encargos por mais de um ano económico quando os trabalhos se prolonguem para além do presente ano, para efeitos das disposições contidas nos pontos 1 e 2, conjugados com o n.º 6, todos do artigo 22º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, nomeadamente, para os seguintes projectos:-----

- 01.01.01.01 - Construção do Jardim de Rocas;-----
- 02.01.01.02 - Recuperação do património arqueológico (Museus e 2ª Fase da Musealização Arqueológica da Paisagem);-----
- 02.02.01.04 - Construção de Pista de Mini-Golf;-----
- 02.02.01.07 - Campo Municipal dos Padrões - 3ª Fase (Arrelvamento);-----
- 05.01.01.02 - Beneficiação do Bairro Social da Bela Vista e arranjos exteriores;-----
- 05.04.01.04 - Urbanização do Largo de Rocas;-----
- 05.04.01.13 - Construção de Escadaria em Silva Escura (Acesso à Igreja e Arranjos Envolventes);--
- 08.03.01.01 - Reabilitação do antigo caminho de ferro da "Linha Vale do Vouga para Percurso Pedonal/Ciclável - de Paradela à Foz; incluindo obras de restauração e conservação da Ponte de Santiago - 1ª Fase;-----
- 08.03.01.10 - Construção do Centro de Interpretação;-----
- 09.01.01.35 - Rectificação da Estrada de Nogueira/Gândara/Paço.-----

2 – Foi ratificada a repartição dos encargos incluída na 3ª Modificação do “Plano Plurianual de Investimentos”, aprovada na reunião do órgão executivo do dia 10-03-2005, referente aos seguintes projectos:-----

- 09.01.01.11 – Rectificação da Estrada de Rocas/Couto de Esteves;-----
- 09.01.01.47 – Estrada do Couto a Lourizela – Beneficiação.-----

